

EDITORIAL

Este número da Revista traz contribuições sobre duas questões atuais para a área do planejamento urbano e regional: a metrópole, sua extensão territorial e sua gestão, e os processos participativos no planejamento urbano. Duas dimensões importantes da questão metropolitana vêm ultimamente sendo foco de pesquisas e de publicações: a produção e formação da metrópole e o surgimento de possíveis novos arranjos institucionais para o seu planejamento e gestão. A questão da participação no planejamento e na gestão das cidades, apesar de passados 20 anos desde a promulgação da Constituição de 1988, continua suscitando debates sobre a sua possibilidade de contribuir para a busca do direito à cidade. Os artigos reunidos neste número acrescentam contribuições relevantes para o debate e o avanço do conhecimento sobre essas questões. São três artigos sobre a metrópole e três outros sobre a questão da participação e das formas de associação da sociedade nos processos de gestão urbana.

O primeiro artigo, de Felipe Magalhães, traz uma importante contribuição para se pensar novas centralidades a partir da percepção de que a metrópole está se estendendo no território em consequência dos processos de implosão/explosão de seu núcleo central e de reestruturação produtiva, produção flexível e compressão tempo-espaço. O autor identifica nestes processos a formação da cidade-região, expressão territorial da metrópole estendida. A apresentação de um exercício que procura mostrar de forma esquemática a morfologia da cidade-região representa importante contribuição para a reflexão sobre a questão.

A discussão sobre a metrópole estendida continua no artigo de Rosa Moura, por meio da análise de novos arranjos urbano-regionais. A autora explora esta morfologia multiescalar com base na realidade brasileira, partindo de estudos já existentes sobre redes urbanas e áreas de influência das cidades, elaborados pelo IPEA e pelo IBGE. A intenção da autora, que ela deixa clara no final do artigo, é avaliar a validade de um novo conceito – o de arranjos urbano-regionais, que transcendem as malhas urbanas das aglomerações – e, com isto, trazer contribuições de natureza teórica e que reorientem políticas públicas voltadas para o território brasileiro, pensado enquanto totalidade.

O artigo de Carlos Aurélio, por sua vez, centra-se essencialmente na discussão de novos arranjos de gestão metropolitana. O artigo é bem-vindo neste momento em que se procura resgatar esta escala de política e de gestão pública, após vários anos de seu esquecimento, em parte devido à forma com que a gestão local vem se consolidando com o resgate da autonomia municipal desde a Constituição de 1988. Partindo de uma revisão da experiência de gestão metropolitana desde os anos 1970 no Brasil, o autor procura refletir sobre possíveis avanços na atualidade, tendo como referência a experiência de novo arranjo institucional que vem sendo implementado na gestão e no planejamento metropolitanos de Belo Horizonte. A conclusão é que esse tipo de “experimentalismo institucional” talvez não esteja trazendo novidades, uma vez que mantém a forte presença da administração estadual que historicamente caracterizaram os arranjos de gestão desta região metropolitana.

O artigo de John Sydenstricker-Neto sobre mapeamentos participativos dá início ao conjunto de textos sobre formas de participação no planejamento. Apoiando-

se na experiência norte-americana, que o autor reconhece ser pouco difundida no Brasil, são desenvolvidas em detalhes propostas metodológicas de mapeamentos participativos e sua crítica. Nas palavras do autor, tratam-se de instrumentos “para coleta e tratamento de dados com o intuito de informar os modelos teóricos e subsidiar o processo de tomada de decisão”. Neste sentido, o artigo traz contribuições relevantes para um diálogo com as metodologias de planejamento participativo desenvolvidas e em prática no Brasil.

Avaliações de experiências brasileiras são discutidas nos dois artigos finais deste volume da Revista. Linda Gondim, por meio do relato de um caso em Fortaleza/CE, discute os conflitos relacionados a processos de reassentamento ou permanência de populações faveladas. Tendo como marco a aprovação do Estatuto da Cidade, o texto coloca em foco os processos políticos que envolvem a questão. Com isto, são discutidas as possibilidades dos movimentos sociais de associações comunitárias na luta para fazer valer princípios democráticos que estariam na base da política urbana no Brasil após o Estatuto da Cidade.

Por fim, Marcelo Kunrath Silva e Rui Zanata Jr, apresentam outro instigante estudo de caso para a avaliação crítica das possibilidades da participação e do associativismo no processo de gestão urbana. Os autores desenvolvem um estudo empírico sobre a atuação de uma associação de moradores de segmentos de média e alta renda na cidade de Porto Alegre. A hipótese que orienta a pesquisa, e que a análise confirma, diz “que a proximidade social, ao invés da proximidade espacial, tende a ser o fator central na definição das possibilidades de relacionamento entre as organizações”, revelando a fragmentação das práticas associativas entre diferentes segmentos sociais.

Duas resenhas completam o presente volume da Revista. Uma primeira, de autoria de Vera Rezende, apresenta o livro *Ordinary Cities: Between Modernity and Development*, de Jennifer Robinson, publicado pela Routledge em 2006. A segunda resenha foi escrita por Rebeca Scherer sobre a coletânea *Questões Territoriais na América Latina*, organizada por Amalia Inés Geraiges de Lemos, María Laura Silveira e Mónica Arroyo e publicado em conjunto pela CLACSO e a USP, também em 2006.

GERALDO MAGELA COSTA
Editor responsável